



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da Conferência Internacional de Auditoria
Ambiental do Tribunal de Contas da União**

Brasília-DF, 02 de junho de 2004

Excelentíssimo ministro Valmir Campelo, presidente do Tribunal de Contas da União e sua senhora Marisalva Campelo,

Excelentíssimo ministro interino e, a partir de amanhã, às 16 horas, ministro presidente do Supremo Tribunal Federal do nosso país, Nelson Jobim,

Senhora Johanne Gélinas, presidente do Grupo de Auditoria Ambiental da Intosai,

Minha querida companheira Marisa,

Senhores embaixadores,

Meu caro companheiro Samuel Pinheiro, ministro interino das Relações Exteriores,

Parlamentares,

Senhores presidentes e ministros dos Tribunais Superiores,

Senhores ministros do Tribunal de Contas da União,

Senhores presidentes dos Tribunais de Contas dos estados,

Senhor João Henrique de Almeida Souza, presidente dos Correios,

Senhoras e senhores delegados da Intosai,

Duas ilusões tinham que ser desfeitas para que o Brasil pudesse encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável. A primeira ilusão é a de que o planejamento estatal pode tudo. Ela enxerga o país como uma folha em branco e o povo como mero figurante de um plano capaz de modelar o futuro acima dos anseios democráticos e à margem das demandas sociais.

A segunda ilusão é mais recente. Ela se opõe à primeira na forma, mas



se iguala no conteúdo, ao revelar idêntico menosprezo pelo consenso coletivo. O desenvolvimento, neste caso, é visto como fruto espontâneo de uma competição desenfreada, marcada por antagonismos que obedecem a uma só lei: a lei do mais forte.

Este governo e a sociedade brasileira decidiram que existe algo mais justo e mais promissor do que os extremos que se tocam. Existe o interesse social. E é com base nele que estamos construindo um plano, que é também um método, capaz de reconciliar o desenvolvimento e o equilíbrio ambiental.

A primeira lição deste método consiste em fazer da questão ambiental uma responsabilidade coletiva. Portanto, um idioma comum no diálogo pelo desenvolvimento. E isso começa pelo próprio governo.

Esta Conferência Internacional de Auditoria Ambiental é uma evidência desse olhar renovado sobre o desafio do desenvolvimento sustentável. A escolha do Brasil para sediá-la – o que muito nos orgulha – representa, como bem frisou o ilustre presidente deste Tribunal, ministro Valmir Campelo, um incentivo e um reconhecimento ao tanto que estamos fazendo.

O Tribunal de Contas da União incorporou a dimensão ambiental como elemento constitutivo do seu trabalho de acompanhamento de obras e de fiscalização do investimento público.

É exemplar a conduta do TCU na avaliação do gerenciamento de nossos recursos hídricos, na análise dos processos de licenciamento ambiental em obras hídricas e rodoviárias, bem como no gerenciamento de nossos projetos florestais.

A postura deste Tribunal pode e deve inspirar outros tribunais de contas em diferentes estados da Federação. Não para montar um cinturão de obstáculos ao investimento. Tampouco para sufocar o aproveitamento das riquezas regionais. Ao contrário. O que busca esta Casa, e o governo brasileiro como um todo, é consolidar parâmetros que reduzam o grau de incerteza na formulação de novos projetos e, portanto, atendam a uma das mais insistentes



e justas demandas em relação ao gasto público: o da racionalidade e o da responsabilidade na aplicação do recurso fiscal.

Minhas senhoras e meus senhores,

Meus amigos e minhas amigas,

Não há como definir racionalidade quando não se tem em conta o interesse social.

Por isso, o cerne do desafio ambiental consiste justamente em transformá-lo numa referência comum a todas as instâncias de governo e da sociedade.

Somente a partir desse diálogo, que não se confunde com o planejamento tecnocrático, nem com o vale-tudo unilateral, construiremos o caminho sustentável para o crescimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

Felizmente, temos registrado avanços nessa trajetória. Um exemplo significativo é o novo modelo do setor elétrico brasileiro. A partir deste governo, ele passa a oferecer aos investidores opções seguras de projetos licenciados antecipadamente na esfera ambiental.

Não era assim num passado muito recente. A atrofia deliberada do setor público levou a uma inversão de valores. Transferiu-se à iniciativa privada a tarefa de demonstrar a consistência ambiental de obras liberadas pelo próprio governo.

O resultado desse paradoxo nós sabemos. O mesmo governo que liberava a concessão, depois negava a licença ambiental para a execução do projeto, numa falta de sintonia que levou à paralisação em diversas áreas estratégicas, em especial na área hidrelétrica, que agora estamos revisando.

Pergunto aos senhores: quanto custa aos cofres públicos e privados tamanho disparate administrativo? Quanto custa essa oposição de diferentes instâncias públicas, ao longo da cadeia que vai do planejamento à auditoria das obras, até a sua conclusão? Só há um caminho para minorar esse ônus: o



diálogo permanente, a identidade de propósitos e o planejamento democrático.

Felizmente, esta é a nova realidade na gestão do desenvolvimento brasileiro. Estamos substituindo a desarticulação interna do Estado por políticas de abrangência interministerial que pensem o país como um todo e cada projeto de forma integrada.

Hoje, o investidor recebe uma concessão lastreada em critérios consistentes, dentro dos quais cada projeto pode se ajustar e, desse modo, cumprir prazos e exigências que dêem segurança a quem aplica, e certeza de um futuro sustentado para o país.

Minhas senhoras e meus senhores,

Não seria exagero dizer que o Brasil vive, neste momento, uma travessia para o desenvolvimento. Estamos abrindo mercados externos numa velocidade tal, e com tamanho potencial de demanda – como o demonstrou a recente viagem à China – que necessitamos de agilidade equivalente, e robustez proporcional, na retomada do nosso investimento interno.

Bilhões de reais estão em jogo na reconstrução da infra-estrutura necessária para alimentar esse novo motor de crescimento que gera confiança, divisas e empregos de forma sustentada.

Para que as portas abertas pela diplomacia brasileira não se fechem pela escassez de oferta ou gargalos de logística, o setor público e o setor privado, a partir de agora, terão que destinar recursos maciços em grandes projetos de logística da produção. Não podemos mais retardar obras estratégicas por conta da anemia operacional herdada do passado.

Até 2002, o Ibama dispunha de apenas sete analistas para o licenciamento ambiental em todo o país. Nós já contratamos mais 72 técnicos e abrimos concurso público para outros 150, destinados especificamente para as áreas de petróleo e hidrelétrica.

Quero concluir dizendo aos senhores que o Tribunal de Contas terá muito trabalho pela frente, meu caro presidente Valmir Campelo. Este país



voltou a crescer. O setor público vai investir. E a iniciativa privada, nacional e internacional será, sem dúvida nenhuma, uma grande parceira nesses investimentos.

Portanto, os senhores terão um papel cada vez mais relevante no zelo pelos recursos públicos, sejam eles de natureza fiscal ou ambiental.

A Agência Nacional de Petróleo, por exemplo, concluiu as normas para a sexta rodada de licitações na costa brasileira. O que está em jogo é um investimento da ordem de 20 bilhões de reais e um faturamento potencial superior à soma de todas as licitações anteriores. Mais que isso: está em jogo a conquista da auto-suficiência nacional do nosso petróleo. Portanto, é preciso garantir que esse processo chegue a bom termo.

Pela primeira vez na história deste país, o governo lançará um guia de orientação à sociedade e ao investidor. O Brasil saberá de antemão, e os senhores poderão fiscalizar, os critérios e os requisitos ambientais exigidos em cada área licitada e em cada bloco oferecido.

Estamos reduzindo a incerteza para quem investe no presente, sem negligenciar o cuidado ambiental com o futuro. Isso só se faz quando se tem um objetivo, o desenvolvimento sustentável, e um método, o planejamento democrático, guiado pelo interesse social.

Muito obrigado.